



GPEPSM

PPGRI | UFSC

XIX COLÓQUIO BRASILEIRO EM ECONOMIA POLÍTICA DOS SISTEMAS-MUNDO

A América Latina e o Leste Asiático na Atual conjuntura da economia-mundo capitalista

Florianópolis, 20 a 22 de outubro de 2025

Bruno Henrique Pinho - Programa de Pós Graduação em Economia Política Internacional
(PEPI - UFRJ)

**OS EFEITOS DOS EMPRÉSTIMOS CHINESES NA ECONOMIA RENTISTA
PETROLEIRA VENEZUELANA: COOPERAÇÃO ESTRATÉGICA OU
PRAGMATISMO E DEPENDÊNCIA?**

RIO DE JANEIRO
2025

Os efeitos dos empréstimos chineses na economia rentista petroleira venezuelana: cooperação estratégica ou pragmatismo e dependência?¹

1. INTRODUÇÃO

A economia política venezuelana, em semelhança aos vizinhos latinoamericanos também feridos com a marca da colonização, tem na sua integração ao mercado capitalista mundial um caráter primário-exportador, em que as elites coloniais se formam numa espécie de fusão submissa com as classes dominantes espanholas, controladoras do processo de escravização de indígenas e africanos e proprietárias das fazendas de café, cacau, tabaco e algodão que ali se estabeleceram. Consolidado o processo de independência da Venezuela, liderado por Simon Bolívar no início do século XIX, o que se observa é uma continuidade daquelas relações sociais de produção, permanecendo o país importador das fronteiras tecnológicas provenientes do centro capitalista e exportador de produtos primários, numa perda contínua do trem da história, como dizia Furtado (1991). Às independências jurídico-formais, portanto, seguem-se as dependências reais, para expressar numa palavra a caracterização das relações venezuelanas com os países centrais capitalistas (Silva; Traspadini, 2021).

A entrada de uma renda internacional exorbitante na economia política venezuelana, a partir da descoberta dos primeiros poços de petróleo, embora tenha permitido uma espécie de modernização conservadora em setores de infraestrutura no século XX, implicou em severas debilidades estruturais na história do desenvolvimento econômico venezuelano (Baptista, 1997). Para além das vulnerabilidades econômicas diretamente observáveis na aparência do fenômeno, como a vulnerabilidade em relação aos preços internacionais de commodities, o câmbio sobrevalorizado e a dificuldade na construção de um mercado interno robusto - todas essas, questões profundamente discutidas nos ensaios de Celso Furtado acerca do Subdesenvolvimento com Abundância de Divisas (Furtado, 1957; 1974)-, argumentamos que a centralidade do petróleo no processo de acumulação venezuelano dá contornos específicos às principais contradições enfrentadas pelos países dependentes latinoamericanos, qual seja, a troca desigual e as transferências de valor ao centro do capitalismo (Ferreira, 2013). A entrada de Hugo Chávez no teatro político venezuelano e sua eleição na virada para os anos 2000 expressam, entre outros fatores, a insatisfação popular com o modelo político-econômico de dominação do *Pacto de Punto Fijo* (1958-1998), em que os frutos da

¹ Bruno Henrique Silva Costa de Pinho. Graduado em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e mestrando na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), no Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional (PEPI). Email: bruno.pinho@pepi.ie.ufrj.br.

renda petroleira não eram sentidos pela massa da população, o que é agravado ainda mais quando o país é governado sob os auspícios do neoliberalismo e do Consenso de Washington (Maringoni, 2009; Vieira; Ouriques; Dos Santos, 2009).

As relações sino-venezuelanas, embora datem ainda da primeira metade do século passado, representam uma dimensão importante do chavismo, em razão da intensificação das parcerias comerciais e da identificação ideológica, como duas experiências à esquerda no espectro político no início do século XXI, contrário aos interesses de Washington. De um lado, tem-se o interesse venezuelano em diversificar parceiros econômicos e reduzir a dependência das exportações de petróleo em relação aos Estados Unidos; do outro, o petróleo venezuelano surge como fonte de energia importante na sustentação do enorme crescimento chinês, com massivos investimentos em infraestrutura e tecnologia, ao mesmo tempo em que atende a um interesse específico de expansão de influência numa área tradicionalmente dominada pelos Estados Unidos da América (Rosa, 2024). De acordo com dados atualizados para 2022, somam-se 16 empréstimos chineses na Venezuela com valor total superior a 60 bilhões de dólares, na modalidade *oil-for-loan*, isto é, empréstimos em troca da exportação de petróleo, focalizados sobretudo na área de energia (Rodriguez *et al*, 2023). A despeito de a relação ter passado por anos profícuos em razão do boom das commodities e de uma certa convergência ideológica entre os dois projetos em prol do multilateralismo e contra o consenso de Washington, nos últimos anos a magnitude da crise socioeconômica venezuelana tem ameaçado a estabilidade da parceria, sobretudo a partir de 2014, com a queda dos preços do petróleo, a intensificação das sanções estadunidenses e a crescente dificuldade da Venezuela em arcar com suas dívidas (Vázquez, 2021).

O presente artigo, orientado por uma metodologia baseada em revisão bibliográfica (da literatura especializada e de documentos oficiais) e na análise de dados de portais oficiais como UN Comtrade, Aid Data e Observatório de Complexidade Econômica, propõe-se responder à seguinte pergunta de pesquisa: **quais foram os efeitos dos empréstimos chineses vinculados ao petróleo na dinâmica rentista-petroleira do capitalismo dependente venezuelano?** A hipótese central é que essa parceria, orientada do ponto de vista chinês mais pelo pragmatismo estratégico do que por um alinhamento ideológico no marco de uma cooperação Sul-Sul, reforça a condição de dependência da Venezuela ao ancorar-se na troca de petróleo por crédito, sem promover transferências significativas de tecnologia ou mudanças estruturais na base produtiva do país, além de engendar uma espiral crescente de endividamento.

Para isso, o trabalho será dividido em três seções, correspondentes com os seguintes objetivos: (1) analisar o modelo rentista dependente da economia venezuelana e os impactos da exploração de petróleo em sua estrutura produtiva; (2) traçar um panorama das relações comerciais sino-venezuelanas durante o chavo-madurismo, com ênfase nos empréstimos bilaterais das últimas duas décadas; e (3) refletir sobre os desdobramentos recentes dessa relação no que toca aos impactos na condição dependente da economia venezuelana, tensionando o binômio entre pragmatismo e cooperação estratégica sul-sul do ponto de vista do interesse chinês.

2. CARACTERIZAÇÃO DA ECONOMIA VENEZUELANA: PETRÓLEO, RENTISMO E DEPENDÊNCIA

Anteriormente um país essencialmente agrícola, sustentado pela exportação de bens primários como café, tabaco e algodão, a Venezuela tem suas relações de produção ineditamente transformadas com a descoberta dos primeiros poços de petróleo no início do século XX. Ao final da década de 1920, em menos de dez anos após a descoberta dos primeiros poços de larga escala, a Venezuela crescia vertiginosamente o peso do recurso na dinâmica econômica e se tornava o segundo maior produtor global, atrás apenas dos Estados Unidos (Maringoni, 2009). Era flagrante, no entanto, a concentração no usufruto daquelas rendas exorbitantes: juntas, as multinacionais Standard Oil de Nova Jersey e a Royal Dutch Shell controlavam 85% do negócio (Dos Santos, 2018).

Sob o ponto de vista da esfera política, é o ditador Juan Vicente Gómez (1908 - 1935) quem formalmente abre as portas da economia venezuelana para o capital estrangeiro, e praticamente transforma o país em seu “feudo privado” (Maringoni, 2009, p. 44). Conforme o autor,

Não havia volta: aquela riqueza negra transformou a pátria de Bolívar numa economia extrativista e importadora de bens industrializados, que fez a delícia das classes dominantes locais, inebriadas com o dinheiro fácil. A duríssima repressão da ditadura gomezista, por sua vez, era tudo o que as empresas estrangeiras queriam. Protestos de estudantes e trabalhadores – a classe operária estava em processo de formação – eram sufocados com selvageria e até mesmo a Universidade Central, em Caracas, foi fechada várias vezes. A Venezuela tinha, em 1926, segundo o censo, 3 milhões de habitantes (Maringoni, 2009, p. 46).

Nas décadas seguintes à ditadura Gómezista, fossem governos autoritários ou no período democrático do Pacto de Punto Fijo - acordo de conciliação entre as elites político-econômicas que se traduziu em um bipartidarismo intocado por quarenta anos -, o que imperou foi algum grau de modernização conservadora na infraestrutura do país, variando o grau de concessões às empresas estrangeiras (boa parte, estadunidenses) e

modesta distribuição da renda petroleira à massa da população. Como argumentam Vieira, Ouriques e Dos Santos (2009), de forma geral os benefícios das rendas internacionais do petróleo permaneceram restritos a parcelas estreitas da população durante a maior parte do século XX; seu usufruto “não fez parte da vida venezuelana, sempre foi algo externo à cultura de seu povo” (Vieira; Ouriques; Dos Santos, 2009, p. 808). Quanto a periodizações históricas mais precisas da história econômica do país, a literatura diverge no que toca ao grau de entreguismo/democratização na aplicação das rendas petrolíferas para a modernização infraestrutural e industrial. Mommer (2013) identifica um primeiro momento do início do século XX até 1975 como a Época das Concessões, em que alguns avanços teriam sido conquistados na democratização do recurso e maiores exigências às empresas estrangeiras; um segundo período de 1975 a 2003, em que tais conquistas teriam sido anuladas, marcado, paradoxalmente pela nacionalização do recurso com a PDVSA ao mesmo tempo em que se intensificava a abertura ao capital externo e as políticas neoliberais. E, por fim, a Época das Confrontações, de 2003 em diante, em que predominaria o embate entre as perspectivas nacional e antinacional.

Ferreira (2013), por sua vez, identifica dois períodos fundamentais: aquele, de 1936 em diante, pouco homogêneo, caracterizado pelo apelo ao lema nacionalista *sembrar el petróleo* (semear o petróleo) - a concepção de que o recurso deveria ser redestinado para ativar os setores industriais não petroleiros - e o período seguinte marcado por sua ruptura, quando à explosiva desvalorização do bolívar em 1983 se segue a adesão ao receituário de Washington e a abertura petroleira promovida nas décadas seguintes. Barros (2006), por fim, parte de uma temporalização mais específica para, no essencial, corroborar as diferenças traçadas por Ferreira (2013):

[...] sua relação (do petróleo) com o Estado viveu dois períodos bastante distintos nos anos 1960-1970 e 1980-1990. No primeiro período os preços internacionais do petróleo subiram de maneira bastante significativa e as benesses das exportações do produto chegavam a diversos setores sociais; no período seguinte ocorreu o inverso, a queda das receitas petroleiras fez com que somente os grupos sociais mais próximos à PDVSA (companhia estatal de petróleo criada em 1976) e ao Estado se beneficiassem da renda petroleira (Barros, 2013, p. 210)

É nessa conjuntura de insatisfação com o neoliberalismo e desgaste do regime político que emerge a figura do tenente-coronel Hugo Rafael Chávez Frias no teatro político venezuelano, primeiramente com uma tentativa fracassada de golpe de Estado em 1992 e, posteriormente, sua eleição em 1998 com 56,2% dos votos válidos (Maringoni, 2009). Durante o período em que esteve à frente do governo (1999 - 2013), a Venezuela passou por transformações qualitativas naquele estado de coisas jamais antes vistas na sua história, com

mais ampla distribuição da renda do petróleo sobretudo através do financiamento das *misiones*, políticas locais de assistência social nas áreas de saúde, moradia e alimentação. Todavia, os avanços conquistados ocorreram ainda nos moldes da dependência e do rentismo petroleiro (segundo dados do Banco Mundial², a porcentagem da exportação de combustíveis do total de mercadorias exportadas sai de 81% em 1999 para 99% em 2012). A fim de compreender melhor esses limites, é necessário recuar historicamente e examinar, em maior nível de abstração, os dilemas estruturais que atravessam a economia venezuelana e que o chavismo não logrou superar.

A despeito da distância temporal e das diferenças no contexto histórico, os ensaios de Celso Furtado sobre o Subdesenvolvimento com Abundância de Divisas permanecem trazendo relevantes ferramentas para a compreensão da dinâmica econômica venezuelana e sua dependência ao petróleo. Em 1957, apesar de apresentar o maior produto per capita entre os países subdesenvolvidos, a Venezuela já evidenciava distorções entre estrutura produtiva e emprego: um processo de industrialização sobremecanizado e dependente de altas importações, incapaz de absorver a força de trabalho pelo descompasso entre altos salários - que o petróleo permitia pagar - e baixa produtividade (Furtado, 1957). Esse cenário se associava a maior desigualdade na distribuição de renda e baixo consumo da classe trabalhadora, reforçando a necessidade de planejamento estatal na aplicação da renda petroleira. Passados dezessete anos, Furtado (1974) constatava a permanência desses problemas e a frustração de suas propostas: a bonança petroleira alimentava concentração, consumo e desperdício, além de consolidar a importação como entrave à industrialização não petroleira e à ampliação do mercado interno. Em vez de estimular investimentos produtivos, a abundância de divisas direcionava-se a atividades especulativas de alta rentabilidade e travando a diversificação industrial, em um quadro representativo do que Bresser-Pereira (2007) e outros denominariam “Doença Holandesa” ou “maldição dos recursos naturais”.

Baptista (1997), outro dos mais importantes intérpretes do rentismo petroleiro venezuelano, aponta na entrada dos anos 2000 para a inevitabilidade do colapso daquela economia, haja vista as distorções provocadas pela injeção perene de uma renda internacional exorbitante. A tendência crescente de redução dos investimentos produtivos e o uso dos recursos para o consumo em detrimento da acumulação levaria, portanto, a uma crise estrutural sem claras perspectivas de recuperação. O próprio economista venezuelano, quando

² Para saber mais:

<https://data.worldbank.org/indicator/TX.VAL.FUEL.ZS.UN?end=2014&locations=VE&start=1970&view=chart>

de sua atuação nas reformas econômicas da década de 1990, via a retirada do Estado no processo de acumulação uma possível saída, com vistas a liberar espaço para os setores produtivos não-petroleiros.

Ferreira (2013), por sua vez, diverge quanto ao diagnóstico determinista do “colapso da economia rentista”, mostrando como os anos chavistas consistiram precisamente numa “política de reativação da economia na esfera da distribuição, mas que, todavia não encontrou solução estrutural” (p. 77). A partir da recuperação dos preços internacionais do produto - que se efetiva em 2003 e chega a recuperar o mesmo nível de 1979 em 2008 - e da retomada do controle estatal sobre a exploração do recurso, havia logrado uma reativação equilibrada do rentismo, com maior distribuição de renda e recuperação do salário mínimo. Em última instância, ter-se-ia retomado as propostas furtadianas de 1974, que centravam o Estado como apropriador do recurso e ativador dos demais setores econômicos, sem no entanto romper com a dependência em relação ao recurso.

Tendo sido publicados ainda em meio às transformações econômicas do processo bolivariano, os dados expostos por Barros (2006) pareciam apontar para um prognóstico de diversificação produtiva: a representação do setor não petroleiro passara de 70,5% no primeiro ano de governo Chávez para 76% em 2005, com especial crescimento das manufaturas (de 14,7% a 16,7%). Em contraste, Ferreira (2013) e Dos Santos (2018), apontam para um aprofundamento da dependência do petróleo numa análise historicamente mais completa do período chavomadurista - efetivamente, dados de 2018, no auge da crise, revelam que o petróleo respondia por 95% das exportações, ainda com os Estados Unidos como principal comprador. A derrocada crescente dos preços do barril de petróleo a partir de 2014 - acima de US\$ 100 por barril em 2014 para US\$ 30 em 2016 -, somada à escassez de reservas internacionais do país, acarreta severa desvalorização cambial, crises de desabastecimento, hiperinflação e piora em praticamente todos os índices sociais (Dos Santos, 2018).

Os mesmos autores não parecem discordar de que houve, de fato, e sobretudo nos governos Chávez, esforços no sentido contrário, em direção à “utilização pelo Estado da renda petroleira para estimular a indústria de bens de consumo e de capital, bem como a agropecuária” (Ferreira, 2013, p. 75). Os problemas fundamentais, no entanto, parecem residir em obstáculos de ordem distinta daqueles discutidos até aqui; ou seja, entraves estruturais à superação do rentismo petroleiro dependente. É neste ponto que se evidencia a relevância dos aportes da Teoria Marxista da Dependência, enquanto síntese crítica dos diagnósticos formulados por Furtado (1974), Baptista (1997) e outros.

A partir da descoberta dos primeiros grandes poços, no início do século XX, quando as multinacionais passam a controlar 85% da extração de petróleo, a Venezuela particulariza a característica geral latinoamericana que consiste em deter uma grande reserva para renda diferencial da terra (resultante da diferença na fertilidade dos solos). O imperialismo, via expansão das multinacionais, impede que dita renda permaneça nas mãos das classes dominantes internas, sendo apropriadas pelos países centrais como uma forma fundamental das transferências de valor descritas por Marini (2013) e categorizadas por Luce (2018). Trata-se, neste caso, da expressão do intercâmbio desigual em uma de suas múltiplas formas: a apropriação da renda diferencial da terra, com vistas à geração de lucro extraordinário por parte dos monopólios internacionais, tendência que se perpetua historicamente e se entranha na essência da dinâmica econômica venezuelana.

O quadro é ainda agravado quando consideramos a tipologia de Bambirra (2013) quanto à historicidade dos processos de industrialização nos países dependentes. A Venezuela, sendo enquadrada como país de tipo B - isto é, aqueles que se industrializaram após a II Guerra Mundial -, tem sua integração ao mercado mundial especialmente dificultada, dado que as transferências de valor no setor petrolífero ocorrem em um período de plena monopolização do capital. Ademais, a realização da produção petroleira no mercado externo confere à estrutura produtiva nacional uma relativa independência frente às necessidades de consumo da população, constituindo aquilo a que a teoria denomina “cisão no ciclo do capital”. Em outras palavras, a realização do produto de maior importância da economia venezuelana não depende do mercado interno, o que acarreta, por consequência, dificuldades estruturais para a efetivação de um projeto industrial autônomo (Ferreira, 2013). No país, as transferências de valor ocorrem em dois momentos. Primeiro, na fase D-M, pela necessidade de importar bens de capital, o que gera pagamentos de *royalties* e assistência técnica. Depois, no processo produtivo, a alta produtividade nos poços de petróleo permite grande extração de mais-valia, cuja renda é apropriada pelo Estado (via PDVSA, que historicamente também operou transferências às suas filiais no exterior) ou por empresas transnacionais, via remessas de lucro. “As transferências de valor consistiriam, portanto, em uma exportação de excedentes que conformariam e perpetuariam historicamente a posição subordinada da economia venezuelana na divisão internacional do trabalho” (Ferreira, 2013, p. 75).

Some-se a isso a especificidade da “dupla dependência” em relação ao Estados Unidos descrita por Ferreira (2013) e tem-se dimensionada a magnitude dos desafios estruturais com que Chávez e Maduro se defrontaram historicamente na superação do

rentismo. Para além dos mecanismos mais gerais de transferências de valor aos países do centro, a autora identifica nos acordos bilaterais EUA-Venezuela de 1939 um elemento importante de entrave à industrialização, já que por meio destes se concedia vantagens aduaneiras a 88 ramos dos produtos estadunidenses, em troca de 90% das exportações venezuelanas de petróleo. Como é sabido, também não faltam exemplos de medidas intervenientes concretas de Washington com objetivos de enfraquecimento do chavo-madurismo desde o início dos anos 2000 até hoje, que se expressam, dentre outros episódios, no apoio à tentativa de golpe de Estado de 2002 e ao locaute patronal da PDVSA (Polga-Hecimovich; Perera, 2024), e os instrumentos de combate político das sanções econômicas, que se iniciam em 2006 e são reforçadas durante os governos de Barack Obama e Donald Trump.

Por esses motivos, que expressam os numerosos desafios econômicos para a construção de uma indústria em escala nacional diante de tais condições, é comum a ênfase na integração latinoamericana como possível saída para os dilemas chavistas. Conforme Ferreira:

Essas características sugerem dificuldades de largo alcance para a superação da dependência a partir do atual padrão de reprodução do capital venezuelano. Isso coloca em questão os limites impostos a uma estratégia de superação da dependência que não esteja apoiada em uma complematriedade produtiva com os demais países da região, em uma perspectiva de integração pautada pelo atendimento das necessidades dos povos. Daí a importância de uma integração regional que não se oriente pelos estreitos parâmetros do mercado não somente para o sucesso das aspirações sociais do Proceso Bolivariano da Venezuela, como para explorar potencialidades superadoras da dependência contidas neste momento histórico singular que vive a América Latina em sua relação com o mercado mundial (Ferreira, 2013, p. 78).

De fato, parte dos esforços do projeto bolivariano no início deste século se destinaram ao projeto de integração regional, sobretudo em razão da conjuntura aparentemente favorável da eleição de outros governos progressistas na América Latina. Todavia, a Aliança Bolivariana para os Povos da nossa América (ALBA), iniciativa mais ousada nessa direção, na prática foi neutralizada pela atuação brasileira, cujo projeto regional obedeceu a uma racionalidade mercantil e de projeção nacional (Dos Santos, 2018). A emergência do gigante chinês no teatro das disputas intercapitalistas globais, com seu massivo crescimento e alta demanda de produtos básicos, parecia oferecer uma alternativa à frustrada integração latinoamericana na solução dos problemas da Venezuela, inclusive por se constituir um projeto também à esquerda do espectro político na conjuntura histórica pós-queda do muro de Berlim. Na seção seguinte serão esboçados os meandros desta relação.

3. OS EMPRÉSTIMOS CHINESES E BREVE HISTÓRICO DAS RELAÇÕES SINO-VENEZUELANAS

Em termos diplomáticos, os vínculos entre os dois países se iniciam de forma discreta somente no século XX, quando do estabelecimento de um Consulado Geral em Xangai em 1936, e, alguns anos mais tarde, a nomeação de um Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário da China em Caracas. Em 1943, o primeiro diplomata chinês em solo venezuelano entrega suas credenciais a Isaías Medina Angarita (Partido Democrático Venezolano) e ali se consolida a legação diplomática chinesa na capital caribenha. Nas décadas seguintes, a dinâmica da relação seria influenciada pela bipolaridade da Guerra Fria, e o reconhecimento do governo chinês em Taiwan como autoridade legítima por parte da política externa venezuelana, em detrimento do Partido Comunista Chinês, contribuiria, evidentemente, para um distanciamento relativo nas esferas comercial e diplomática (Briceño-Ruiz; Medina, 2020)

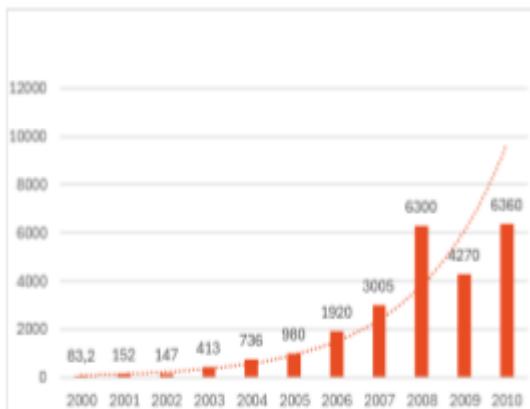
Medina (2022) destaca que um conjunto de elementos daquele tempo histórico (a instabilidade política das ditaduras latinoamericanas, a luta contra o comunismo, os conflitos China - URSS e a irrupção da Revolução Cultural Chinesa em 1966) impediram que os vínculos entre as duas distantes nações superasse o caráter de um comércio exíguo, restringindo-se a importações venezuelanas de arroz, especiarias, e algumas manufaturas. Fato é que a orientação venezuelana ao mercado mundial se concentrou, por muito tempo, nos continentes europeu e americano - conforme Molina Medina (2022), na década de 1950 as duas regiões responderam por 98,8% do seu intercâmbio, contra apenas 1,2% destinado ao mundo afroasiático. A partir da guinada nas relações com os Estados Unidos da América e a entrada da China na Organização das Nações Unidas em 1971, e o posterior reconhecimento do Partido Comunista pela maior parte da América Latina, as relações com a Venezuela se elevariam a um novo patamar, em especial após o rompimento das relações com Taiwan em 1974 (Vázquez, 2021).

Sustentado, de um lado, pela valorização do potencial energético venezuelano no auge da exportação petroleira e, do outro, pela crescente abertura do capital e política externa chinesas ao mercado mundial acompanhada da diversificação de parcerias, o estreitamento dos laços sino-venezuelanos consistiram no aumento da frequência de visitas oficiais e em um maior peso relativo de ambos os países nas respectivas balanças comerciais, com a assinatura de alguns acordos e convênios de cooperação científica. Mesmo assim, a dimensão comercial permaneceu tímida, com ligeiros crescimentos: ao final da década de 1990, as

importações venezuelanas da Ásia representaram 9,3%, com Japão sendo o principal parceiro (49,3%) e China com apenas 2,1%. Nas exportações, apenas 1,6% tiveram a Ásia como destino, sendo 0,4% orientadas à China (Medina, 2018). Seria apenas após a chegada de Hugo Chávez à presidência e a mudança na conjuntura internacional do início do século XXI que o histórico venezuelano apresentaria transformações substantivas.

Na virada do milênio, a proficuidade de uma parceria estratégica de longo prazo parecia clara: ao passo que o abundante petróleo da PDVSA surgia como fonte energética de baixo custo para contribuir com a continuidade do massivo crescimento industrial chinês, que atingia taxas anuais próximas aos 10%, revelava-se também uma oportuna alternativa de reduzir a dependência venezuelana em relação ao mercado estadunidense, com maior afinidade ideológica e perspectivas de cooperação científico-técnica com vistas a desenvolver o potencial tecnológico da economia (Vázquez, 2021; Yin-Hang; Acuña, 2018). De US\$ 200 milhões em 1999, a medida do aumento no comércio entre os dois países é superior a 50 vezes, chegando a mais de US\$ 10 bilhões no final do período chavista. Quanto ao setor petrolífero, as exportações venezuelanas cresceram de 14 mil para 400 mil barris diários entre 2004 e 2011, fazendo do país caribenho um dos dez maiores fornecedores de energia para a China naquele período (Yin-Hang; Acuña, 2018). Nos gráficos abaixo revelam-se, respectivamente, o montante total das exportações venezuelanas à China de 2000 a 2010, e a quantidade de petróleo bruto exportada, no mesmo período.

Gráfico 1 - Exportações Venezuela-China, em US\$ milhões



Fonte: Elaboração própria, a partir do Observatório de Complexidade Econômica

Gráfico 2 - Exportações de Petróleo Bruto, em US\$ milhões



Fonte: Elaboração própria, a partir do Observatório de Complexidade Econômica

Também no início dos anos 2000, as relações gradualmente se descolam de um rótulo predominantemente comercial para incluir também empréstimos e investimentos em projetos de infraestrutura e desenvolvimento. Os "oil-for-loan deals", como passaram a ser denominados, funcionam tendo um fundo conjunto entre os dois países como sustentáculo, criado em 2007 e inicialmente capitalizado em US\$6 bilhões. Via Banco de Desenvolvimento da China (CDB), os empréstimos eram condicionados à entrega de 100 mil barris de petróleo diários por parte da PDVSA, sujeitos aos preços do produto no mercado internacional e com prazos de amortização de aproximadamente 10 anos. Com o passar dos anos, os acordos foram renovados na direção de aumentar o montante dos empréstimos, que chegaram a ultrapassar a cifra de US\$ bilhões por volta de 2014 (Briceño-Ruiz; Medina, 2020).

A cooperação no setor petrolífero envolvia objetivos materiais relacionados à construção de refinarias, projetos de infraestrutura e melhorias no transporte, com a participação de empresas como CNPC, SINOPEC, CNOOC e PetroChina em joint ventures na Venezuela. Alguns exemplos concretos são o estabelecimento de um acordo em 2006 para a construção de navios-tanque, com a Venezuela se comprometendo a comprar 18 embarcações chinesas, visando facilitar o transporte de petróleo e desenvolver estaleiros e capacitação técnica no país. Além disso, cita-se a construção da refinaria de Guangdong, na China, assinada em 2008 e iniciada em 2012, com investimento de US\$ 9,3 bilhões e capacidade de processar 400 mil barris por dia de petróleo do Orinoco. Também foi assinado em 2008 o acordo para a refinaria de Junín 8, destinada a processar petróleo venezuelano em território chinês. Em 2012, Sinopec e PDVSA firmaram uma joint venture para construir uma refinaria em Cabruta, na Bacia do Orinoco. Além disso, a China passou a participar da exploração de alguns campos de petróleo venezuelanos de menor expressão, como Caracoles, Intercampo e Zumano, elevando significativamente a produção após assumir o controle (Giacalone; Briceño-Ruiz, 2013).

No que diz respeito ao financiamento de projetos de desenvolvimento em perspectiva mais ampla, dados de 2017 mostram que nos dez anos anteriores a China havia sido responsável por investir mais de US\$62 bilhões em projetos de desenvolvimento na Venezuela (Yin-Hang; Acuña, 2018). Outras fontes apontam para um montante aproximado de US\$ 16,3 bilhões distribuídos por 23 diferentes projetos de infraestrutura, envolvendo setores como energia, agricultura, habitação, transporte, mineração, petroquímica e construções portuárias (Brandt; Piña, 2019). No campo tecnológico, destacam-se o lançamento do satélite VENESAT-1 em 2008, conduzido pela CGWIC, e a parceria entre a Huawei e a estatal CANTV, que ampliou o acesso a computadores, sistemas de radar, centros

de comando e redes de telecomunicação, reforçando a autonomia venezuelana nesse setor. Já em 2013, vale destacar outros aportes destinados também para os recursos naturais e a infraestrutura: o CDB destinou US\$ 700 milhões à mina de ouro Las Cristinas, enquanto o Ex-Im Bank financiou com US\$ 391 milhões a construção do terminal marítimo da estatal Pequiven, voltado à exportação de compostos químicos (Pontes; Póvoas; Rodriguez, 2023).

Após a morte de Hugo Chávez em 2013 e o deslanchar da cadeia de acontecimentos que desencadearia a crise econômica venezuelana - dentre os quais predomina a queda nos preços internacionais do petróleo a partir de 2014 -, tanto a literatura quanto os dados consultados indicam um enfraquecimento dos laços comerciais e financeiros sino-venezuelanos. A fecundidade nas relações observada durante todo o período chavista daria lugar a complicações e desentendimentos, associados, sobretudo, à crescente dificuldade enfrentada pela Venezuela em arcar com os compromissos firmados nos empréstimos por petróleo. Dados compilados por Vázquez (2021) revelam que, a despeito da concessão de períodos de carência por parte da China, em 2017 e em 2019, dada a grave crise econômica que o país enfrentava, a dependência venezuelana em relação aos empréstimos chineses se intensificou. À medida que os preços diminuíam, aumentava a quantidade de barris de petróleo por dia requerida para efetivar os pagamentos, numa economia especialmente fragilizada a partir do recrudescimento das sanções no governo de Donald Trump.

Tabela 1 - Barris de petróleo diários, em milhares, requeridos para o pagamento dos empréstimos chineses, em comparação com os preços médios do barril, em US\$.

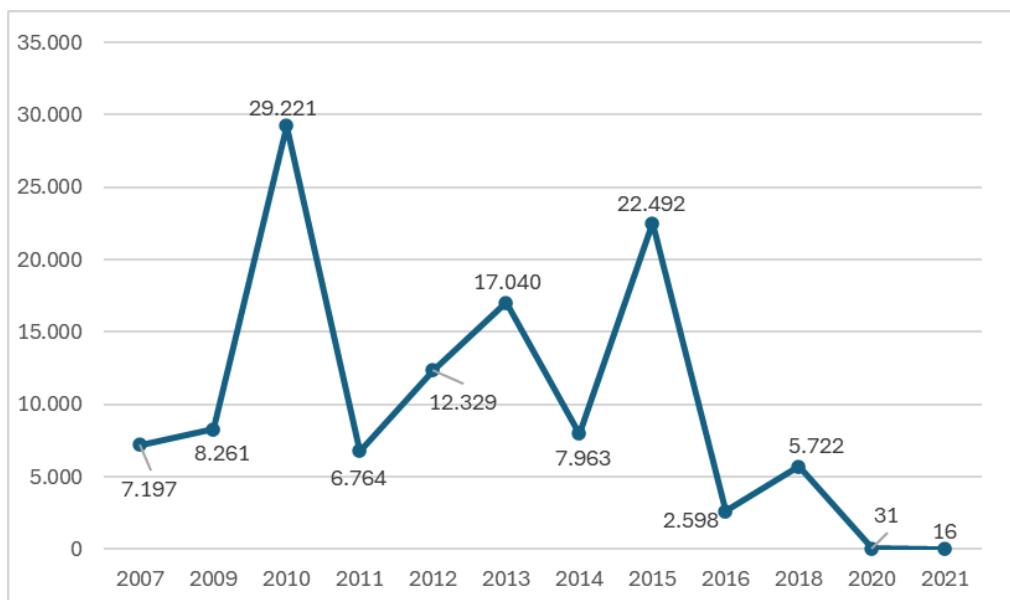
Ano	2007	2008	2010	2011	2012	2013	2015	2017	2018	2019
Barris de petróleo requeridos	100	107	200	480	300	330–485	665	Período de Carência	374	Período de Carência
Preços do barril de petróleo	69.04	94.1	77.38	107.46	109.45	105.87	49.49	52.51	69.78	64.05

Fonte: Elaboração própria, adaptado de Vázquez (2021).

O autor ainda mostra que o montante efetivamente exportado pelas petrolíferas venezuelanas, na maior parte do período analisado, não foi suficiente para o pagamento dos

empréstimos chineses, resultando numa espiral da dívida crescente. Se, por um lado, a continuidade dos empréstimos e da assinatura de projetos de financiamento pode apontar para uma resiliência da parte chinesa na relação sino-venezuelana, e, para alguns, indicar algum grau de concepção estratégica na parceria, não podem ser ignoradas as sensíveis reduções na origem de tais recursos nos últimos anos, desde que começou a minguar a fonte energética outrora abundante do petróleo venezuelano e os pagamentos foram se tornando mais complicados. O gráfico abaixo, a título de exemplo, compila o conjunto de projetos de financiamento ao desenvolvimento implementados pelo capital chinês na Venezuela, evidenciando uma drástica redução após a crise nos anos em que há disponibilidade de dados.

Gráfico 3 - Montante total dos projetos de financiamento chineses à Venezuela, em US\$ milhões.



Fonte: Elaboração própria, a partir de [Aiddata.org](https://www.addata.org/).

No terreno político-diplomático, vale mencionar recentes sinais de aproximação entre os dois países fora da lógica estritamente comercial, como a elevação da parceria ao grau de “associação estratégica para qualquer duração” - um status reservado a poucos pela política externa chinesa - e o pronto reconhecimento da vitória de Nicolás Maduro em 2024 pelo líder Xi Jinping, que o parabenizou pela reeleição mesmo diante das alegações de fraude dos opositores e de países vizinhos latinoamericanos (Rosa, 2024). Esses sinais da conjuntura - que coincidem, aliás, com os indícios recentes de recuperação da economia venezuelana -, embora nada desprezíveis, ainda não se refletiram numa transformação material da relação entre os dois países, que, conforme o exposto, expressa uma significativa tendência de queda

tanto no comércio bilateral quanto no que diz respeito aos empréstimos e ajuda externa ao desenvolvimento e parece traduzir, acima de tudo, uma postura de “desengajamento econômico cauteloso” por parte das lideranças chinesas (Rosa, 2024).

4. O RENTISMO E A DEPENDÊNCIA DA VENEZUELA FRENTE AOS EMPRÉSTIMOS CHINESES

O estreitamento dos laços sino-venezuelanos durante os mandatos de Hugo Chávez se insere em uma conjuntura histórica de termos mais abrangentes no que diz respeito à política externa chinesa do início do século XXI. Frente à constatação de uma lacuna interna e a consequente necessidade da busca por novas fontes de hidrocarbonetos, o 16º Congresso do Partido Comunista Chinês decide pelo lançamento da estratégia Going Global e o posterior ingresso na Organização Mundial do Comércio (Gallagher, 2016). A assinatura de vultosos acordos de cooperação e investimento com a Venezuela cumpria o papel do fornecimento de energia e, para alguns autores, dava um passo adiante na estratégia chinesa de ampliar sua influência na América Latina caribenha, território historicamente dominado pelos Estados Unidos da América. Do lado venezuelano, a altíssima demanda chinesa aliviava as dificuldades no balanço de pagamentos e oferecia a Chávez a possibilidade de “navegar o triângulo” China-EUA como descrito por Gallagher (2016), na tentativa de superar o papel predominante do último país na relação comercial. Cabe refletir, no entanto, em que medida as descritas aproximações se orientaram por um viés de cooperação estratégica sul-sul ou se, pelo contrário, refletiram interesses pragmáticos do projeto chinês de desenvolvimento, bem como os seus impactos estruturais na dinâmica econômica venezuelana.

No esforço de definir o “pragmatismo³” basilar da política externa chinesa em suas relações com a América Latina e com a Venezuela, Vázquez (2021) identifica uma flexibilidade estratégica nos primeiros passos do trato com Hugo Chávez. Combinando um “frouxo” alinhamento ideológico com a retórica contra-hegemônica de Chávez e seus

³ Aqui, cabe a distinção feita pelo autor entre os termos “pragmático” e “pragmatista” feita pelo autor: “Pragmático” é geralmente definido como: “comportamento não disciplinado por (a) um conjunto de valores nem por princípios estabelecidos” (Zhao, 2016, p. 4). Em outras palavras, trata-se de uma justificativa para a ausência de uma ideologia abrangente que defina cada uma de suas interações e ações. Para o “pragmático”, o bem maior é definido pelo resultado final, e se este resultado atende ou não às suas necessidades. Por outro lado, um “pragmatista” é uma pessoa que segue a teoria filosófica do Pragmatismo: “uma tradição filosófica que entende o conhecimento do mundo como inseparável da ação dentro dele” (Legg & Hookway, 2019). Portanto, ser um “pragmatista” não se refere à ausência de ideologia ou valores, mas ao fato de que teoria e prática/percepção não podem ser compreendidas separadamente; o mundo deve ser estudado dentro de sua realidade. De fato, o pragmatismo chinês moderno não é nenhum dos dois conceitos isoladamente, mas uma combinação de ambas as ideias, pragmática e pragmatista” (Vázquez, 2021, p. 32-33).

questionamentos à ordem internacional, com os benefícios diretos e materiais da potencialidade petrolífera venezuelana, a China navegava nas negociações sem se prender a princípios ideológicos fixos e imutáveis, orientando o seu pragmatismo a cada caso concreto. De fato, em nenhum momento o discurso anti estadunidense foi incorporado pelas lideranças chinesas com a mesma efusividade com que Chávez o bradava nos fóruns internacionais; possivelmente, tal postura acabaria obstaculizando a estratégia de abertura comercial recém iniciada e os frutos dela decorrentes à expansão do crescimento chinês.

Se os reais objetivos por trás das trocas comerciais e de investimento são ofuscados, à curto prazo, pela flexibilidade estratégica do pragmatismo chinês, os contornos da relação devem ser caracterizados, acima de tudo, a partir dos seus impactos na economia venezuelana. Nesse sentido, Brandt e Piña (2019) apontam que o petróleo de origem venezuelana, ao ser enquadrado como elemento relevante da segurança energética chinesa, levou a que o país caribenho se tornasse cada vez mais dependente da cooperação financeira, investimentos e empréstimos chineses. Apontam, portanto, para um caminho de diversificação setorial na parceria, de modo a envolver o turismo, os serviços, e o setor manufatureiro, e a fim de compensar o reforço dos problemas intrínsecos à lógica da “maldição dos recursos naturais” produzidos pela relação entre os dois países até o presente. Tendo como base contratual fixa o petróleo e a ele atribuindo a lógica mesma por trás de uma relação comercial de longo prazo, os empréstimos não deixam de perpetuar um padrão rentista na economia venezuelana, em que o terreno produtivo se afasta progressivamente do corpo social e resulta numa percepção fetichista do Estado no seu papel de distribuidor de renda (Coronil, 2013). Pouco se contribui, sob esse prisma, à construção de um mercado interno e de uma estrutura industrial diversificada, com vistas a fomentar um processo autônomo de desenvolvimento.

Além disso, as demais formas de participação chinesa na dinâmica econômica venezuelana, mencionadas por Brandt e Piña (2019) e detalhadas por Giacalone e Briceño-Ruiz (2013), são especialmente reveladoras no que toca às relações de dependência. Especialmente a partir do biênio 2006-2007, o status de mera relação comercial é superada e dá lugar não somente aos empréstimos como também a uma lógica de exportação de capitais, posicionando as empresas chinesas em áreas estratégicas no desenvolvimento das capacidades produtivas. A construção de ferrovias, rodovias, complexos industriais e refinarias na Faixa do Orinoco e em outras regiões venezuelanas, além do fornecimento de bens de capital como sondas de perfuração, navios-tanque e estaleiros, tudo isso por gigantes chinesas como Sinopec e Petrochina, aprofundam a espiral de transferências de valor a que a

Venezuela se vê subordinada no mercado mundial. Embora haja algum grau de transferência tecnológica a partir da formação de joint ventures para a exploração petrolífera, caracterizando, de fato, uma relação distinta daquela que o país historicamente manteve com os Estados Unidos, os traços fundamentais do rentismo petroleiro são intocados, e mesmo agravados, na medida em que se retroalimentam os mecanismos de transferência de valor descritos na primeira sessão deste artigo, via pagamento de royalties e remessas de lucro.

Na mesma linha, partindo de um maior grau de abstração relativo ao funcionamento da economia mundial, a limitação dos investimentos chineses ao setor do petróleo - com limitadas exceções - e o peso exclusivo dos recursos na lógica dos empréstimos, contribui para a manutenção das desigualdades entre países centrais e dependentes nas cadeias globais de valor. Conforme Giacalone e Briceño-Ruiz (2013), as exportações de capitais chineses à Venezuela não se orientam sob uma perspectiva de inovação tecnológica. As tecnologias necessárias para o refino, por exemplo, mesmo de maior dificuldade como o petróleo venezuelano, situam-se em níveis efetivamente distantes da fronteira tecnológica dos setores mais avançados da economia chinesa, como a microeletrônica e semicondutores, a inteligência artificial e big data, a robótica avançada e a tecnologia verde (Ribeiro, 2024).

Sob novos moldes e contornos específicos distintos, ressoa os mecanismos descritos por Marini (2013) na década de 1970: a tecnologia exportada pelos países ricos, já obsoleta e amortizada internamente, abre espaço para inovação, mais-valia extraordinária e novos investimentos nessas mesmas regiões, enquanto perpetua o atraso tecnológico e a dependência sob a aparência de modernização, nos países dependentes. Trata-se, em nível de abstração intermediário, da segunda forma de transferência de valor elencada por Carcanholo e Saludjian (2013) a partir da obra de Ruy Mauro Marini, através do qual setores com alta composição orgânica de capital nos países centrais apresentam um preço de produção de mercado acima dos valores de mercado e, por isso, logram vender suas mercadorias por um preço que lhes permitem apropriar-se de mais valor do que produzem.

Assim, ao manter-se inalterado o pilar rentista que norteia a relação sino-venezuelana sob os empréstimos e investimentos chineses, acaba-se por

reproduzir internamente os avanços tecnológicos e padrões de reprodução do capitalismo, se inserindo, portanto, no quadro maior das transformações do capitalismo contemporâneo. Assim, o país acaba por colocar-se em uma posição que reproduz as relações de exploração e dominação típicas dos países centrais com relação aos países periféricos como os da América Latina. Como vimos, diversas empresas chinesas atualmente avançam no sentido de uma modernização tecnológica, seja na forma das empresas digitais e de plataforma, seja no desenvolvimento de setores estratégicos ligados às novas tecnologias de informação e infraestrutura digitais. Nesse sentido, a China vem criando uma rede localizada principalmente nos países periféricos, onde as novas estruturas se instalaram e os

produtos e serviços são comercializados. Enquanto a China reforça sua posição nos extratos mais avançados das cadeias - e difunde esses processos produtivos e novas tecnologias para todo o mundo -, ela reafirma sua posição vantajosa em termos da captação do valor global. A América Latina, por outro lado, insere-se apenas como consumidora e como lócus de expansão destas infraestruturas digitais, enquanto não avança em termos de crescimento econômico, industrialização e modernização tecnológica (Ribeiro, 2024, p. 25).

Com efeito, os anos 2000, como tempo histórico de transformação das relações da China com o mundo e com a América Latina em particular, bem retratadas por Gallagher (2016) na obra “Navigating the China Triangle”, produziu como resultado a ampliação da distância entre os chineses e a periferia latinoamericana em termos de desenvolvimento das forças produtivas. O fortalecimento de laços diplomáticos, a ajuda externa através de investimento estrangeiro direto e empréstimos a juros baixos, e em especial as vultosas trocas comerciais resultantes da altíssima demanda chinesa por commodities, resultaram num padrão de comércio reprimarizado e dependente. Em escala continental, Carcanholo e Saludjian (2013) indicam que na América do Sul, enquanto crescia o saldo comercial em bens primários a partir de 2002-2003 para atingir quase 40 bilhões de dólares em 2009, o saldo dos bens industrializados (50% em alta tecnologia) teve uma evolução inversa, atingindo um déficit de mais de 40 bilhões em 2008-2009.

Convém salientar que a dinâmica das relações entre China e Venezuela nos últimos anos, em geral, e na questão dos empréstimos, em particular, apresenta diferenças marcantes se comparada com os padrões ocidentais de ajuda externa com que o país caribenho historicamente se habitou, via FMI, Banco Mundial e outras instituições. Mesmo que orientados pelo pragmatismo na política externa, as constantes renegociações, perdões de dívida, períodos de carência e o montante de ajuda externa realizada - inclusive com transferência tecnológica - revelam um padrão de rigidez qualitativamente distinto das condicionalidades tradicionalmente impostas pelo Ocidente nos moldes do Consenso de Washington, expressas em políticas de austeridade e entraves efetivos ao desenvolvimento autônomo (Gallagher, 2016). O mais importante, no entanto, é que os empréstimos em troca de petróleo, de 2007 até o período mais recente do governo de Nicolás Maduro, não se constituíram em instrumento capaz de representar uma alternativa ao esforço malogrado de integração latinoamericana proposto por Chávez como via de superação da dependência. Embora possam ter desempenhado algum papel na reativação da economia e no alívio momentâneo à grave crise que o país enfrentava, a espiral crescente de dívida e a perpetuação das transferências de valor o fizeram nos moldes do modelo que historicamente bloqueou

qualquer projeto de desenvolvimento autônomo na Venezuela, qual seja, o rentismo petroleiro dependente.

5. CONCLUSÕES PRELIMINARES

Este artigo procurou contribuir para a construção preliminar de uma caracterização precisa do desenvolvimento dependente venezuelano desde a descoberta dos primeiros poços de petróleo até os dias de hoje, investigando especificamente os impactos dos empréstimos chineses dos anos recentes na sua dinâmica econômica. Ancorado no peso predominante do petróleo como locus de realização no mercado mundial e nas transferências de valor em direção aos países centrais, convergimos com outros autores no diagnóstico daquele modelo como rentista, petroleiro e dependente. A eleição de Hugo Chávez em 1998 e a sua dinamização excepcional da economia na conjuntura histórica favorável dos preços internacionais, embora tenha representado um ponto de virada no que toca à distribuição dos benefícios da renda petroleira, outrora limitados a camadas restritas da população, não escapou à lógica do rentismo petroleiro, desbocando na agudização dos já conhecidos problemas estruturais após a morte do líder e a queda vertiginosa dos preços do barril, em 2014. A partir do diálogo crítico com a tradição estruturalista de origem cepalina e da mobilização de categorias da Teoria Marxista da Dependência, procuramos caracterizar com maior precisão a dimensão dos obstáculos estruturais com que aquele projeto se defrontou na sua tentativa de superação daquele estado de coisas.

O crescimento substantivo das relações bilaterais sino-venezuelanas, via comércio exterior, financiamento a projetos de desenvolvimento, e, sobretudo, o crescimento vultoso da modalidade dos empréstimos em troca de petróleo, representaram benefícios materiais concretos a ambos os países, no esforço de diversificação de parcerias, pela parte venezuelana, e na busca por fontes energéticas abundantes e de baixo custo, pela parte chinesa. Embora não se possa apontar nenhuma conclusão definitiva a respeito dos desdobramentos dessa relação, que apresenta sinais de reforçamento no tempo conjuntural, a lógica dos empréstimos até aqui foi orientada mais por uma visão pragmática relacionada à segurança energética e à expansão da área de influência, do que por qualquer horizonte real de cooperação estratégica motivada por alinhamentos ideológicos de longo prazo. Ancorado no petróleo e nos seus preços internacionais o principal eixo de sustentação dessa relação, as recentes repercussões dos empréstimos não apenas acentuam as vulnerabilidades resultantes da sujeição ao preço internacional do petróleo com agravado risco de espiral de endividamento, como também reproduzem determinados elementos típicos da dinâmica entre países centrais e dependentes, em especial as transferências de valor e a

perpetuação de uma posição subordinada e tecnologicamente defasada no mercado mundial. Não obstante o seu peso conjuntural na reativação econômica e na promoção de projetos de desenvolvimento significativos, a lógica dos empréstimos perpetuam as contradições estruturais que historicamente barraram o desenvolvimento autônomo da Venezuela, adiando, portanto, a superação do rentismo petroleiro dependente.

REFERÊNCIAS

BRANDT, Carlos H.; PIÑA, Carlos Eduardo. **Las relaciones Venezuela-China (2000-2018)**: entre la cooperación y la dependencia. Caracas: Friedrich-Ebert-Stiftung Venezuela, 2019. 23 p. (Análisis).

BRICEÑO-RUIZ, José; MOLINA MEDINA, Norbert. China–Venezuela relations in a context of change. In: BERNAL-MEZA, Raúl; XING, Li (ed.). **China–Latin American relations in the 21st century**: International political economy series. Cham: Palgrave Macmillan, 2020. p. 147–166. DOI: https://doi.org/10.1007/978-3-030-35614-9_6.

CARCANHOLO, Marcelo Dias; SALUDJIAN, Alexis. Integración latino-americana, dependencia a China y subimperialismo brasileño en América Latina. **Mundo Siglo XXI**, v. 8, n. 29, p. 43-62, 2013

CORONIL, Fernando. **El Estado mágico**: naturaleza, dinero y modernidad en Venezuela. Caracas: Alfa, 2013.

GALLAGHER, Kevin P. **The China Triangle**: latin america's china boom and the fate of the washington consensus. Nova Iorque: Oxford University Press, 2016.

GIACALONE, Rita; BRICEÑO RUIZ, José. Chinese–Venezuelan oil agreements: material and non-material goals. **Latin American Policy**, v. 4, n. 1, p. 76–92, jun. 2013.

MOLINA MEDINA, Norbert. **Las relaciones Venezuela–China (1943–1974)**: los orígenes (Tomo I). 1. ed. Mérida: Asociación Venezolana de Estudios sobre China (AVECH); Universidad de Los Andes, 2022.

ROSA, Beatriz Jesus de Andrade. **Relações Sino-Venezuelanas no Século XXI**: uma análise a partir da geoeconomia. 2024. 160 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Economia Política Internacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

RIBEIRO, Valéria Lopes. América Latina: desenvolvimento, dependência e o papel do capital chinês. **Economia e Sociedade**, v. 33, n. 3, p. e282023, 2024a.

VÁZQUEZ, Ángel Reyes. The Sino-Venezuelan Relationship (1974-2020): from win-win to an asymmetric relationship. **Comillas Journal Of International Relations**. [S.I.], p. 30-52. jun. 2021.

MEDINA, Norbert Molina. Las relaciones diplomáticas Venezuela – China (1974-1999). **Humania del Sur**, Mérida, v. 25, n. 13, p. 78-102, jul. 2018.

YIN-HANG, Emma M. ACUNÁ, Rodrigo. China and Venezuela: South-South Cooperation or Rearticulated Dependency? California: **Latin American Perspectives**, Vol. 46, p. 126 – 140, 2018.

PONTES, Bianca Carvalho; PÓVOAS, Gabriel Porto; RODRIGUEZ, Maria Elena. **Panorama das relações China-Venezuela**. Rio de Janeiro: BRICS Policy Center, 2023. 14 p. (Coleção Documentos Ocasionais do LACID, n. 2).